

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

As enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impactaram severamente diversas regiões, trazendo desafios significativos para toda a população. Reconhecemos o sofrimento e as dificuldades enfrentadas por muitas famílias e comunidades, incluindo nossos empregados, parceiros e usuários.

As operações da TREN SURB também foram diretamente prejudicadas pelos danos causados pelas inundações. No dia 2 de maio de 2024, houve a suspensão parcial da operação entre estações Mercado e Farrapos em função do alagamento da bacia ferroviária, em Porto Alegre. No dia 3, a suspensão completa da operação, às 16h, visando salvaguardar a frota de trens e condução da frota para trechos elevados da via e, no dia 4, diversas estações, subestações de energia Farrapos e Fátima, pátio de manutenção e sede administrativa começaram a ser inundados e todos os controles de sistemas entraram em colapso.

Durante a paralisação da operação, a TREN SURB foi ponto de referência e abrigou milhares de pessoas atingidas pelas enchentes.

No dia 30/05/2024, é lançada a Operação Trilhos Humanitários, sendo abertas as portas das 13 estações que funcionaram durante a Operação Parcial Emergencial da TREN SURB, das 8h às 18h, sem cobrança de tarifa, devido ao sistema de bilhetagem estar inoperante.

A retomada total da circulação foi possível graças ao comprometimento de todos os empregados da empresa, às parcerias com outras operadoras de metrô e ao trabalho incansável realizado para garantir que os equipamentos, a via permanente e as estações estivessem prontas para atender à população.

No dia 20 de setembro de 2024, a ampliação do trecho até a estação Farrapos, em Porto Alegre, marcou um avanço significativo, seguido pela retomada da circulação de trens até a estação Mercado em 24 de dezembro de 2024, um momento histórico para todos. No entanto, a operação ainda não foi completamente normalizada nos moldes anteriores à enchente.

Mesmo durante o processo de reconstrução, a TREN SURB manteve seu compromisso em avançar com ações alinhadas aos seus valores, demonstrando dedicação e foco na realização de iniciativas essenciais para o cumprimento de seus objetivos institucionais.

A TREN SURB lançou uma nova campanha de comunicação, intitulada **Trensurb+**. O foco está na missão de promover a mobilidade urbana com excelência e de modo sustentável. A campanha Trensurb+ convida a todos empregados, usuários e comunidade a se envolverem nesse movimento, destacando como ações individuais e coletivas podem fazer a diferença na construção de um futuro mais equitativo e ambientalmente consciente.

O ano de 2024 marcou o ingresso da TREN SURB no mercado de energia livre. A medida reflete a busca da empresa pela sustentabilidade ambiental, uma vez que garante a aquisição de energia de fontes renováveis, e econômica, gerando redução dos gastos com um dos principais insumos para o funcionamento do metrô.

Na esfera social, a TREN SURB, em parceria com o Senai-RS, ofereceu seu programa de aprendizagem profissional a 40 jovens de famílias de baixa renda, selecionados através de processo público, prestou apoio às políticas públicas consolidadas de economia solidária de comunidades lindeiras ao sistema, realizou uma campanha de arrecadação de doativos para vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul e também, campanhas internas de apoio aos empregados que foram atingidos pelas enchentes ocorridas em maio de 2024.

A TREN SURB, comprometida com a construção de um ambiente de trabalho inclusivo e seguro, lançou em novembro de 2024 o Protocolo de Prevenção e Combate ao Assédio, que prevê ações de prevenção e busca combater comportamentos e manifestações de assédio e violência, tanto de forma individual ou coletiva.

No último dezembro, após a retomada da operação plena dos trens até o centro de Porto Alegre, a TREN SURB recebeu o resultado da pesquisa de perfil e satisfação, que apontou o reconhecimento dos usuários pelo trabalho e esforço da empresa durante 2024, atingindo o índice de 85,1% de satisfação geral, que coletou opinião de 1.300 usuários, distribuídos nos diferentes dias da semana, em todos turnos de funcionamento da TREN SURB e em todas as estações e terminais. Na avaliação foram abordadas questões como satisfação com os diferentes serviços, satisfação geral com a Trensurb, Operação Trilhos Humanitários (trem e integração com ônibus) e benefício do transporte para a sociedade.

Conforme a pesquisa, o perfil de usuários mais frequentes do metrô operado pela TREN SURB é de mulheres (53,6%), com idade de 20 até 49 anos (66,8%), solteiros(as) (60,6%), com ensino médio completo (58,8%), renda individual de até R\$ 7.000,00 (94,3%) e, principalmente, pessoas trabalhadoras da iniciativa privada (45,9%). Em 2024, também foi identificado que a presença de usuários com mais de 60 anos (12,5%) quase dobra ao ser comparada com a pesquisa anterior (7%).

Portanto, apesar de todas as dificuldades que tivemos na TREN SURB em 2024, os números refletem a empatia dos usuários com a situação vivida pela empresa e reconheceram os esforços empreendidos para a retomada do serviço. Os avanços na qualificação do serviço oferecido à população e muitos outros desafios, no entanto ainda estão colocados. A certeza é de que é possível fazer ainda mais, não só para manter o reconhecimento já alcançado, mas também para se alcançar um processo de qualificação permanente em respeito e atenção a toda população que utiliza os serviços da TREN SURB.

Diretor-Presidente

PERFIL DA EMPRESA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TREN SURB, é uma empresa pública ligada ao Ministério das Cidades do Governo Federal, cujos principais acionistas são a União (99,9144%), o Estado do Rio Grande do Sul (0,0662%) e o município de Porto Alegre (0,0194%). Criada em 1980, pelo Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980, sua missão inicial foi implantar e operar uma linha de trens urbanos no Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, iniciando sua operação comercial em 1985, conectando Porto Alegre a Sapucaia do Sul.

Este capítulo destaca a trajetória da empresa, seu papel fundamental na mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre e os desafios e inovações que moldaram sua jornada.

Desde sua inauguração comercial em 1985, a TREN SURB passou por significativas fases de expansão. Em dezembro de 1997, celebramos a inauguração da Estação Unisinos, situada na cidade de São Leopoldo, em novembro de 2000, ampliamos nossa presença nesse município ao inaugurar a Estação São Leopoldo. Posteriormente, em julho de 2012, ampliamos ainda mais nossas operações ao inaugurar as estações Rio dos Sinos e Santo Afonso, esta última localizada no município vizinho de Novo Hamburgo.

Iniciando sua operação com a frota de 25 Trens Unidade Elétrica intitulados Série 100, em 2012 adquiriu 15 novos TUEs, Série 200, que marcou uma etapa crucial de modernização, elevando os padrões de eficiência e conforto. Estes trens representam não apenas um avanço tecnológico, mas também um compromisso com a sustentabilidade, evidenciado pelo menor gasto energético e pelos recursos inovadores incorporados.

Como pioneiros da inovação tecnológica na mobilidade urbana, a TREN SURB introduziu, em 2012, o sistema Aeromóvel, um transporte automatizado em via elevada. Esse projeto, desenvolvido com tecnologia nacional, não apenas conecta nossa linha metropolitânica ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, mas também demonstra nossa busca incessante por soluções inovadoras e sustentáveis.

A conclusão do mais recente projeto de expansão ocorreu em maio de 2014, constituindo um marco significativo. Nessa fase, iniciamos a operação comercial de três novas estações no município de Novo Hamburgo: Estação Industrial, Fenac e Novo Hamburgo. Esse esforço de expansão não apenas fortaleceu nossa presença na região, mas também demonstrou nosso compromisso contínuo em atender às crescentes necessidades de mobilidade da comunidade.

Por sua condição de empresa pública, a TREN SURB está submetida às regras da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como, as mudanças que no decorrer de 2019, afetaram a sua autonomia na gestão. O Decreto nº 9.998, de 3 de setembro de 2019, qualificou a TREN SURB no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República – PPI e a incluiu no Programa Nacional de Desestatização – PND. Simultaneamente, o Decreto nº 10.006, de 5 de setembro de 2019, alterou a subordinação administrativa ao Ministério da Economia, embora sem prejuízo aos demais atos de gestão ainda vinculados ao extinto Ministério das Cidades. Essas alterações, embora com a intenção de promover eficiência e sinergia, por vezes resultaram em morosidade na administração do negócio.

Assim, a TREN SURB, diante dessas mudanças regulatórias e estruturais, enfrenta o desafio contínuo de adaptar-se a novos contextos institucionais, buscando sempre manter sua missão de oferecer um serviço eficiente e sustentável à comunidade.

A TREN SURB reconhece a importância da comunicação aberta e transparente. Através de seu site institucional, disponibilizamos informações relevantes e atendemos aos requisitos de transparência. Além disso, mantemos diversos canais de comunicação para interagir com nossos usuários e partes interessadas, promovendo a proximidade e o entendimento mútuo.

MODELO DE NEGÓCIO

A TREN SURB, ao longo da sua história, consolidou-se como uma empresa de transporte de passageiros indutora de desenvolvimento social e econômico. Introduziu e motivou mudanças nos hábitos da população, alterando consideravelmente a realidade dos municípios, isto porque, sua implantação envolveu a instalação do sistema metropolitano, bem como a adequação da malha viária, saneamento, iluminação pública, segurança de pedestres e outras obras complementares.

Para cumprir sua missão, a empresa está organizada em cinco grandes áreas: Operação, Manutenção, Administração, Expansão e Comercial.

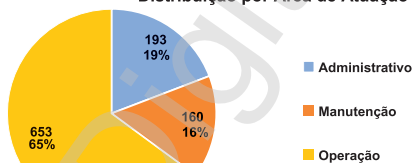
A gestão da operação, processo principal da Empresa, busca assegurar a eficiência operacional primando pela qualidade da manutenção dos trens, conservação das estações e os elevados níveis de confiabilidade

que é um dos diferenciais do sistema na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. A força de trabalho da TREN SURB é regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, tendo o quadro de pessoal definido e aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, por meio da Portaria nº 13, de 7 de junho de 2019.

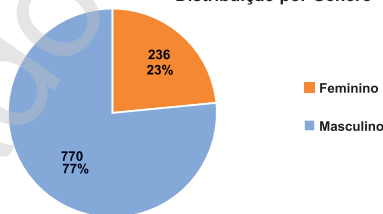
O quadro de pessoal é composto por empregados ativos que representam a real força de trabalho da empresa e empregados afastados por diversas situações que acarretam na suspensão temporária do contrato de trabalho, a exemplo de licenças não remuneradas, auxílio doença, entre outras.

Em dezembro de 2024, a TREN SURB apresentou em seu quadro de pessoal um efetivo de 1.006 empregados, distribuídos por área de atuação, gênero, raça, escolaridade, faixa etária e faixa salarial, conforme a seguir:

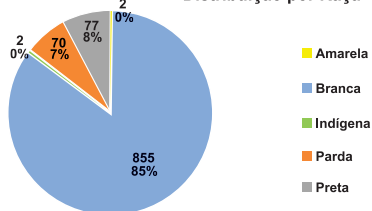
Distribuição por Área de Atuação



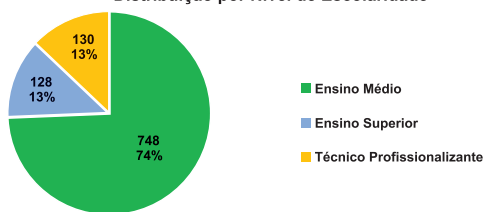
Distribuição por Gênero



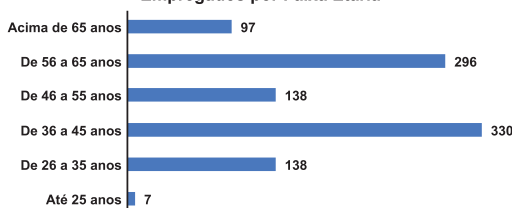
Distribuição por Raça



Distribuição por Nível de Escolaridade



Empregados por Faixa Etária



Continua

Continuação

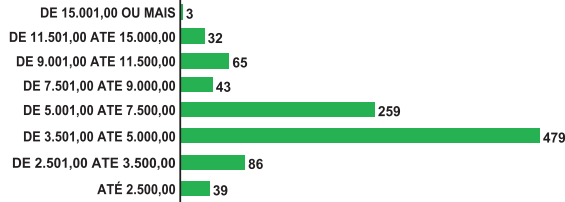


GOVERNO FEDERAL

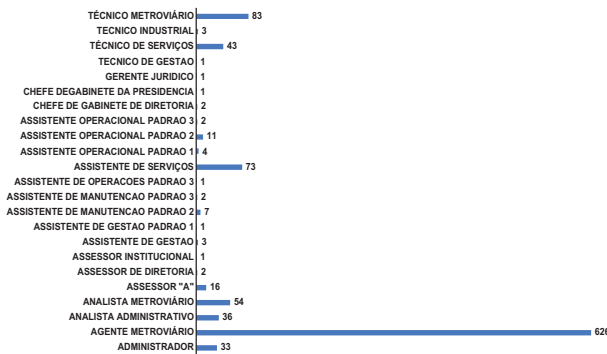
MINISTÉRIO DAS
CIDADES

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Empregados por Faixa Salarial



Empregados por Cargo



Fonte: Gerência de Recursos Humanos

As capacitações promovidas pela empresa no ano resultaram em 3.653 participações em treinamentos, entre virtuais e presenciais, o que correspondeu a 69% do quadro de empregados ativos e conselheiros.

A avaliação de desempenho na TREN SURB ocorre conforme regras estabelecidas no Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários (PCEFS). Para que um empregado seja promovido por merecimento, é necessário um interstício mínimo de 730 dias desde a última movimentação dessa natureza, além de obter uma avaliação de desempenho favorável no ano anterior e estar dentro do limite financeiro disponível para movimentação funcional, ocorre que este processo encontra-se suspenso desde a pandemia e está sendo retomado a partir de 2025.

A segurança no trabalho na TREN SURB é uma prioridade, sendo regulamentada por normas técnicas e dispositivos legais que visam a eliminação, controle e redução permanente dos riscos ocupacionais. As atividades incluem a análise de processos e métodos de trabalho para identificar fatores de risco, a execução de programas de prevenção de acidentes e a orientação contínua dos trabalhadores quanto às medidas de proteção. Além disso, a empresa investe em treinamentos, e inspeções e auditorias para garantir um ambiente seguro e saudável, preservando a integridade física e mental dos empregados. Este trabalho reflete nos resultados de 2024 que encerrou com zero (0) de frequência e gravidade de acidentes de trabalho. As receitas da TREN SURB são compostas por receita operacional, financeira, comercial e outras fontes, sendo complementadas por aportes do Governo Federal para cobrir o total de despesas da empresa. Possuímos integração física e tarifária com linhas de ônibus urbanos e interurbanos que atendem a RMPA possibilitando maior integração com o modal rodoviário nas vias laterais, às estações e facilitando os deslocamentos dos nossos usuários até seus destinos e possibilitando maior acesso ao transporte para os cidadãos.

Após 26 anos de atuação, em janeiro de 2011, o metrô gaúcho ultrapassou a marca de um bilhão de passageiros transportados e, acumula a marca de 1,6 bilhões de passageiros até dezembro de 2024.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de gestão da TREN SURB é formada por unidades organizacionais especializadas e a empresa conta com o planejamento estratégico para definir e comunicar os objetivos da empresa, além das estratégias e ações necessárias para alcançá-los, levando em consideração os fatores internos e externos que compõem o cenário em que a empresa opera. Estruturado em quatro diretrizes estratégicas principais - eficiência econômico-financeira, eficiência operacional, aprimoramento da governança corporativa e segurança das pessoas - o planejamento alinha as prioridades estratégicas à capacidade orçamentária e às iniciativas de modernização organizacional, garantindo um foco claro e compartilhado para todos.

Para o aprimoramento da governança, diretriz estratégica estabelecida no Planejamento Estratégico, a TREN SURB conta com uma estrutura de governança formada com base em mecanismos de liderança, estratégia e controle, organizados para garantir a transparência e a eficiência na gestão da empresa. No topo dessa estrutura está a Assembleia Geral, seguida pelos Conselhos de Administração e Fiscal, que supervisionam e monitoram as atividades da empresa.

Além disso, a TREN SURB conta com agências de governança nas estruturas de Diretoria Executiva, Comitês de Auditoria, de Governança e de Elegibilidade, e em unidades organizacionais, como a Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria, Conformidade e de Gestão de riscos, todos desempenhando papéis cruciais na manutenção da integridade e no controle dos processos internos.

Para operar e reforçar a governança, a empresa adota documentos e políticas, que inclui o seu Estatuto Social, o Regimento Interno e a Política de Governança. Esses instrumentos normativos delineiam as diretrizes de conduta e boas práticas que devem ser seguidas por todos os dirigentes, empregados e demais partes relacionadas. As unidades organizacionais atuam na implementação contínua de melhorias, contribuindo para uma gestão mais transparente e eficaz.

O conjunto de instrumentos de governança explicitam a conduta e o bom comportamento nas relações e operações praticadas pelos dirigentes, empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas. A empresa divulga os documentos no seu site eletrônico: <https://trensurb.gov.br/governanca-corporativa/sobre-governanca-corporativa>. Dentre eles destacamos:

- » Código de Ética e de Conduta e Integridade: explicita os valores e princípios que fundamentam a conduta pessoal e profissional dos agentes públicos que atuam na empresa;
- » Regimentos Internos: disciplinam a constituição, a organização e o funcionamento da empresa e dos colegiados estatutários, a saber: (a) Conselho de Administração; (b) Diretoria Executiva; (c) Conselho Fiscal; (d) Comitê de Auditoria; e (e) Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

- » Política de Divulgação de Informações Relevantes: orienta a conduta e transparência na divulgação de informações relevantes;
- » Política de Transações com Partes Relacionadas: estabelece regras e procedimentos aplicáveis na ocorrência de transações entre partes relacionadas, de forma transparente e em conformidade com os dispositivos legais;
- » Política de Porta-Vozes: estabelece diretrizes que assegurem o alinhamento institucional da atuação dos representantes da empresa em pronunciamentos e entrevistas junto aos meios de comunicação;
- » Política de Distribuição de Dividendos: define as regras e os procedimentos relativos à Política de Dividendos;
- » Política Corporativa de Gestão de Riscos Corporativos: tem a finalidade de instituir a Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC e estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento dos riscos corporativos e à gestão da continuidade dos negócios e promoção do tema ESG (ambiental, social e governança);
- » Política de Governança Corporativa: estabelece diretrizes para a promoção da governança corporativa que contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais, o aprimoramento contínuo das suas práticas de governança e gestão, o fortalecimento da imagem institucional e da confiança junto às partes interessadas;
- » Política de Controles Internos e Conformidade: tem a finalidade de definir as diretrizes para assegurar o efetivo gerenciamento de conformidade e as regras de controles internos de modo a buscar a aderência das medidas voltadas à realização dos objetivos institucionais da Empresa, bem como aumentar a probabilidade de que tais objetivos sejam alcançados de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica;
- » Política de Gestão de Pessoas: instrumento direcionador da gestão do capital humano, as pessoas, componente fundamental para que a organização atinja seus objetivos de maneira eficiente e integrada;
- » Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC: estabelece as diretrizes para licitações e contratos da TREN SURB; e
- » Carta de Serviços ao Usuário: divulga para os usuários as formas de acesso aos serviços prestados e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

A Política Ambiental da TREN SURB, tem a finalidade de estabelecer uma atualização para integrar a proteção do meio ambiente à estratégia da Empresa e aos seus investimentos e operações. Parte da iniciativa da Empresa, através do seu comprometimento público, em estabelecer um processo de Gestão Ambiental que continuamente mobilize a mobilidade humana com respeito ao meio ambiente, garantindo o envolvimento e comprometimento dos seus empregados, prestadores de serviços, gestores e da alta direção na promoção do senso de Responsabilidade Socioambiental. O documento na íntegra pode ser acessado no site institucional da TREN SURB, no link <https://www.trensurb.gov.br/governanca-corporativa/sobre-governanca-corporativa>.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A sustentabilidade ambiental e o direito à mobilidade são os principais ideais da estratégia para o ciclo 2024-2028 da TREN SURB, sendo parte essencial da missão, visão e diretrizes estratégicas da empresa, além do fator impulsionador da atividade principal da empresa que é a efetividade operacional para mantermos a excelência do serviço público prestado.

A identidade organizacional da TREN SURB é formada pela declaração da missão, visão e valores da TREN SURB. Este conjunto expressa o propósito fundamental e as aspirações futuras da TREN SURB de forma explícita.

Missão:

"PROMOVER A MOBILIDADE URBANA COM EXCELÊNCIA E DE FORMA SUSTENTÁVEL".

Visão:

"EMPRESA ESTATAL REFERÊNCIA EM TRANSPORTE PÚBLICO RÁPIDO E ACESSÍVEL, CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS".

Valores:



COMPROMETIMENTO: Desempenhamos com excelência o serviço público, proporcionamos bem-estar aos nossos clientes e empregados e fortalecemos relações institucionais.



EMPATIA: Construímos relações saudáveis e resolvemos conflitos de forma pacífica, criando um ambiente justo.



PERTENCIMENTO: Criamos conexões e proporcionamos a ampla participação valorizando as realizações pessoais e colaborativas.



RESPEITO: Reconhecemos e consideramos as necessidades, opiniões, direitos e dignidade de todas as pessoas.



INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Reconhecemos a singularidade de cada pessoa, aceitamos e celebramos a diversidade de experiências, perspectivas e culturas.

As diretrizes estratégicas são grandes vetores da estratégia da TREN SURB e guiam as decisões e ações da empresa para o alcance da visão de longo prazo, sendo elas:



EMPRESA VERDE - Adotar práticas e políticas sustentáveis que minimizem o impacto ambiental das operações da empresa, buscando soluções que promovam a sustentabilidade em todas as suas dimensões no negócio, realizando a gestão eficiente dos recursos públicos.



DIREITO À MOBILIDADE - Proporcionar as pessoas o tratamento justo e equitativo dos direitos e oportunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico.



EFETIVIDADE OPERACIONAL - Garantir que o transporte de pessoas seja realizado de forma rápida, segura e com qualidade, utilizando desta capacidade para contribuir com a ampliação do sistema de mobilidade integrado, eficiente e que atenda às necessidades de deslocamento das pessoas.

Continua



O Planejamento Estratégico, na íntegra, pode ser acessado por meio do sítio eletrônico da TREN SURB: <https://trensurb.gov.br/governanca-corporativa/planejamento-estrategico>.

INTERESSE PÚBLICO

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TREN SURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detêm flexibilidade para exercício de outras atividades, a TREN SURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Neste contexto, a modalidade tarifária, aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas, desempenha um papel crucial. Essas medidas garantem o acesso da população aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabilizam a operação sustentável das empresas públicas. É relevante observar que o menor custo por passageiro transportado pela TREN SURB ocorreu em 2019, alcançando R\$ 5,81, quando o subsídio do governo federal garantia a modalidade tarifária. No entanto, fatores como a drástica redução no número de passageiros causada pela pandemia de COVID-19 e o impacto das enchentes de maio de 2024 elevaram o custo médio por passageiro para R\$ 16,73. Esse cenário reforça a importância do apoio federal para garantir a acessibilidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental promovida por esse meio de mobilidade urbana.

Os impactos das enchentes de maio de 2024, resultaram em mudanças significativas na operação da TREN SURB, com uma redução notável na capacidade de transporte e aumento nos intervalos entre trens. Antes do evento, o sistema suportava uma capacidade máxima de 108 mil passageiros por dia em cada sentido, com intervalos de 8 minutos nos horários de pico. Após a enchente, a capacidade caiu para 72 mil passageiros por dia, com intervalos ampliados para 12 minutos, comprometendo o atendimento à população. Essa redução na capacidade operacional agravou os desafios sociais e econômicos enfrentados pelos usuários do transporte público, além disso, a queda na receita de transporte gerou impactos financeiros significativos, ampliando a necessidade de aportes para assegurar a continuidade das operações.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a TREN SURB, como empresa pública, enfrenta condições distintas das sociedades privadas. A necessidade de subsídios para viabilizar economicamente os serviços, implementar políticas tarifárias diferenciadas e promover a equidade no acesso ao transporte público também se faz presente em sistemas operados por empresas privadas. Nos últimos anos, o subsídio público em sistemas concedidos à iniciativa privada tornou-se uma prática comum, tanto no transporte sobre trilhos quanto no operado por ônibus.

Comprometida com a sustentabilidade, a TREN SURB busca investir continuamente na modernização de sua infraestrutura e em iniciativas que priorizam a segurança, o conforto e a eficiência de seus serviços. Essa dedicação por parte da gestão foi colocada à prova em 2024, quando uma enchente de grandes proporções atingiu o sul do Brasil, representando um dos momentos mais desafiadores de sua história. A situação exigiu respostas rápidas e eficazes para garantir a segurança de todos e mitigar os impactos à continuidade dos serviços.

Em suma, a TREN SURB tem desempenhado um papel fundamental na promoção da mobilidade urbana na região metropolitana de Porto Alegre, atuando para atender às necessidades indispensáveis de transporte da população local.

PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS

O Orçamento anual da TREN SURB é definido em Lei Orçamentária Anual – LOA e a gestão orçamentária é um desafio constante para a empresa, em virtude de os limites aprovados na lei estarem aquém das necessidades da empresa. Assim, para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, a empresa necessita do aporte de recursos do Governo Federal, devido às receitas próprias, oriundas da prestação de serviços de transporte e outras receitas não operacionais, não cobrem na totalidade as suas despesas de funcionamento. A Lei Orçamentária Anual estima os valores para receitas e fixa as despesas, distribuindo o montante de recursos para custeio e para investimentos. O montante para custeio deve suportar compromissos existentes, enquanto o valor destinado para investimento objetiva inovações e/ou ampliação da vida útil dos equipamentos. Em 2024, os recursos alocados na LOA para custeio permaneceram estáveis em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 106.804.814. No entanto, os investimentos tiveram um expressivo incremento, passando de R\$ 2.000.000 em 2023, para R\$ 20.000.000.

Adicionalmente, a Lei nº 14.962, de 5 de setembro de 2024, concedeu à TREN SURB um crédito extraordinário de R\$ 164.366.000 para enfrentamento da calamidade pública, sendo R\$ 49.309.800 destinados ao custeio e R\$ 115.056.200 aos investimentos. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R\$ 60 milhões a despesas de custeio.

As chuvas intensas alagaram subestações de energia, estações subterrâneas e áreas administrativas, provocando a interrupção completa do transporte metropolitano por semanas e afetando diretamente a mobilidade de milhares de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Diante desse cenário crítico, a TREN SURB implementou respostas emergenciais para minimizar os impactos à população e preservar os ativos da empresa.

Em 30 de maio, o esforço coletivo das equipes técnicas permitiu a retomada da operação em 13 estações, entre Novo Hamburgo e Matias Velho, ainda que de forma limitada, com funcionamento entre 6h e 19h e sem cobrança de tarifas. Essa iniciativa, denominada “Trilhos Humanitários”, foi essencial para atender à mobilidade de trabalhadores e cidadãos das áreas mais afetadas, oferecendo um meio de transporte seguro e coletivo.

A medida que as ações de manutenção avançaram, a operação foi gradualmente expandida. Em 3 de junho, o horário de funcionamento foi ampliado para 6h às 20h. No dia 13 de junho, a redução dos intervalos entre trens para 22 minutos possibilitou maior capacidade de transporte. No final de junho, novos avanços reduziram o intervalo para 18 minutos e ampliaram a capacidade para 52 mil passageiros por dia.

Em 1º de julho, a operação foi estendida até a estação Canoas, com funcionamento das 5h às 22h. No dia 13 de julho, o sistema de bilhetagem eletrônica foi restabelecido, permitindo a retomada da cobrança de tarifas, enquanto ônibus complementavam o trajeto até o centro de Porto Alegre sem custo adicional para os passageiros. Em 22 de julho, o horário de operação foi estendido até 23h, atendendo especialmente às demandas de estudantes universitários. Finalmente, em 20 de setembro, a operação chegou à estação Farrapos, com intervalos reduzidos para 15 minutos nos dias úteis.

A reconstrução das estações restantes, eliminação de restrições de acessibilidade e recuperação total do sistema ainda dependem de novos aportes financeiros e esforços contínuos de reconstrução. Esse processo permanece como prioridade absoluta da empresa, que segue determinada a restabelecer integralmente os serviços essenciais à população da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Diante da necessidade urgente de atender às demandas de mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, mesmo com severas limitações estruturais, a TREN SURB definiu um cronograma estratégico de reconstrução composto por três etapas principais. Esse abordagem permitiu a priorização de ações críticas para a retomada parcial das operações, mesmo que com restrições de intervalo, velocidade e acessibilidade, enquanto projetava medidas adicionais para alcançar a recuperação total. As etapas de reconstrução estabelecidas, foram as seguintes:

1. Expansão até a Estação Farrapos (20 de setembro de 2024): A primeira etapa, concluída dentro do prazo, possibilitou a ampliação do trecho operacional, beneficiando um número maior de passageiros e reduzindo os intervalos entre trens. Essa etapa foi viabilizada por ações emergenciais e aquisições estratégicas, que equilibraram o uso dos recursos disponíveis sem comprometer a segurança do sistema.
2. Expansão até a Estação Mercado (24 de dezembro de 2024): Com foco na mobilidade urbana de Porto Alegre, essa etapa restabeleceu o acesso ao centro histórico da capital.
3. Superação das Restrições Operacionais: A terceira etapa, programada para 2025, busca eliminar limitações de acessibilidade, reduzir os intervalos entre trens e restabelecer a plena capacidade de transporte. Para isso, será necessária a reconstrução completa de subestações, sistemas de sinalização e equipamentos danificados pelas enchentes.

O reconhecimento público da eficiência e da importância da TREN SURB para a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre foi comprovado, mais uma vez, em 2024. Os usuários da empresa aprovaram os serviços oferecidos declarando uma satisfação geral de 85,1%, indicador aferido através de pesquisa concluída no mês de dezembro de 2024.

Este resultado demonstra que apesar das adversidades, o compromisso da TREN SURB com a mobilidade da população permanece firme. A força de trabalho da empresa, combinada com o apoio governamental e parcerias estratégicas, tem sido fundamental para mitigar os impactos da calamidade e avançar na reconstrução. A conclusão das ações previstas para 2025, será decisiva para reafirmar o papel da TREN SURB

como um dos principais agentes de mobilidade e desenvolvimento na Região Metropolitana de Porto Alegre.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2024

O desempenho da TREN SURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar, decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, visando atingir os objetivos estratégicos. As metas estratégicas originalmente traçadas foram significativamente impactadas pelos acontecimentos de maio. Diante disso, metas relacionadas à política pública, desempenho econômico-financeiro e outros aspectos estratégicos foram revisadas e atualizadas.

A seguir, apresentamos os resultados dos principais indicadores, que refletem diretamente os impactos das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em maio e sua influência nos resultados deste período.

INDICADOR	2023	2024
Passageiros transportados	31.651.041	20.134.159
Média de passageiros dia útil	107.857	70.448
Taxa de Cobertura Operacional	48,74%	28,94%
Taxa de Cobertura Própria	38,17%	22,22%
Taxa de Cobertura Ambiental	65,95%	38,71%
Índice de regularidade	99,73%	99,66%
Avaliação de imagem TREN SURB	91,83%	92,48%

Fonte: Gerência de Governança e Gestão Estratégica

Em 2024, a TREN SURB transportou 20,1 milhões de passageiros, o que representa uma redução de -36,39%. Esse resultado foi fortemente impactado pelas enchentes de maio de 2024, que causaram mudanças significativas na operação. Da mesma forma, a receita de transportes, principal fonte de recursos da empresa, teve redução de -38% no mesmo período.

A Média Dia Útil – MDU de passageiros transportados registrou em 2024, a média de 70.448 passageiros/dia útil, enquanto em 2023 a média foi de 107.857, o que representa também uma redução de -34,68% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Taxa de Cobertura Operacional - TCO, principal índice de gestão da empresa, informa o resultado da cobertura econômica da TREN SURB com receitas próprias frente às suas despesas de funcionamento. A TCO alcançou 28,94%, resultado abaixo da meta estabelecida para 2024, que era de 32,3%. A queda na arrecadação da receita de transportes foi o principal fator que impactou negativamente o desempenho da TCO no ano corrente, devido à suspensão da operação, conforme já detalhado anteriormente.

A Taxa de Cobertura Própria - TCP atingiu 22,22%, demonstrando uma queda em comparação à meta fixada de 26,0% de cobertura. Importante destacar que na análise da TCP, são incorporadas as despesas relacionadas ao passivo trabalhista, depreciation, despesas financeiras e provisão do Imposto de Renda. Esses elementos, por sua vez, não são contemplados na Taxa de Cobertura Operacional – TCO. Essa diferenciação na abordagem reflete uma visão abrangente da capacidade da empresa de cobrir suas despesas, contribuindo para uma análise aprimorada do desempenho global da TREN SURB.

A Taxa de Cobertura Ambiental – TCA leva em consideração os valores de receita e despesas totais utilizados na TCP, e somam-se as receitas o valor obtido com as externalidades levantadas pela utilização do sistema de trens para transporte de passageiros, evitando os custos ambientais e sociais de emissão de poluentes, com acidentes e com a economia com o tempo de viagem. Em 2024, obteve-se a cobertura ambiental de 38,71%.

O índice de regularidade mede a efetividade da operação com o cálculo da diferença entre as viagens realizadas e as programadas, refletindo assim a confiabilidade do serviço prestado. Observamos no ano de 2024, a média de 99,66% de regularidade, sendo que ano foram realizadas 47.864 viagens, das 47.955 viagens programadas. Em função das restrições causadas por furtos de cabos e os danos provocados pela enchente de maio, foi necessário realizar diversos ajustes no serviço de circulação de trens para continuar atendendo à população, ainda que de forma parcial. As adaptações incluíram modificações significativas nos trechos atingidos, sendo adequadas a velocidade operacional dos trens na via permanente e a oferta de trens, implicando em uma alteração necessária na grade horária.

Apesar desses desafios, a programação foi cumprida com base nas mudanças implementadas, mantendo assim a regularidade da circulação de trens, conforme a grade horária planejada pelo Centro de Controle Operacional.

A imagem institucional é representada pelo conjunto de ações que a empresa realiza e demonstra e que serão valorizadas pela sociedade. Para que ela seja consolidada, o público deve perceber qual o comportamento da empresa perante todas as situações enfrentadas, sendo elas boas e oportunas ou críticas e desfavoráveis. Nesse sentido, ações voltadas ao público interno e externo são fundamentais na promoção da imagem da empresa. Em 2024, ocorreram 9.891 citações à empresa nos principais veículos de comunicação do estado e do país, sendo 9.078 positivas e 813 negativas, índice médio de 92% de notícias positivas. Os temas divulgados pela TREN SURB que mais resultaram em citações à empresa nos veículos de comunicação ao longo do ano referem-se à retomada da circulação dos trens até as estações Farrapos e Mercado, após as enchentes, bem como informações sobre alterações no serviço durante o período de operação emergencial em função das cheias. Outros assuntos não relacionados aos impactos das enchentes que também tiveram destaque na imprensa foram operações para cobrir o furto de cabos de sinalização e energia do metrô, a discussão de criação de termo de cooperação técnica com a Prefeitura de Porto Alegre e as mudanças na Presidência da empresa.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Apesar dos desafios significativos, as circunstâncias recentes também oferecem oportunidades importantes para a TREN SURB. A necessidade de reconstrução e modernização da infraestrutura proporciona uma oportunidade única para incorporar novas tecnologias e práticas inovadoras que aumentarão a eficiência e a resiliência das operações. A revisão dos projetos de infraestrutura para incluir fatores de elevação de cotas e a exploração de linhas alternativas são exemplos de como a TREN SURB pode se preparar melhor para enfrentar desafios futuros.

Contudo, o maior desafio para 2025 é a superação das restrições operacionais restabelecendo a plena capacidade de transporte. Para isso, a disponibilização de recursos é fundamental para evitar qualquer paralisação do sistema, garantindo a população o direito ao transporte público coletivo de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal.

Além disso, a crescente conscientização pública sobre as mudanças climáticas e os riscos associados oferece uma oportunidade para a TREN SURB se posicionar como um líder em práticas de mobilidade sustentável. A empresa deve manter em foco a exploração de novas fontes de receita relacionadas ao mercado de carbono e à inovação tecnológica, fortalecendo ainda mais sua posição no setor de transporte público.

A TREN SURB demonstrou sua capacidade de gestão ao atingir o maior volume de execução orçamentária de sua história. Isso evidencia o compromisso da empresa em alocar recursos de forma eficiente e estratégica, mesmo diante de desafios significativos, como a enchente. A rápida mobilização financeira e operacional foi fundamental para iniciar o processo de restabelecimento do sistema metropolitano, destacando a capacidade da empresa de priorizar investimentos em infraestrutura crítica. Esse marco orçamentário não apenas reflete uma gestão sólida, mas também o esforço coletivo de suas equipes, que atuaram de forma integrada e incansável para otimizar processos, superar adversidades e garantir a resiliência da empresa. Assim, a TREN SURB reafirma sua missão de oferecer um transporte público essencial e de qualidade para milhões de pessoas.

Outro ponto a ser explorado é a necessidade da Região Metropolitana de Porto Alegre por um sistema de transporte em massa eficiente, que alivie os congestionamentos das cidades. O sistema de trens da TREN SURB já desempenha um papel vital na mobilidade urbana, e há uma oportunidade significativa para expandir e aprimorar este serviço, atendendo à crescente demanda por soluções de transporte coletivo que sejam rápidas, seguras e sustentáveis. Ao fortalecer e expandir sua rede, a TREN SURB pode melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, mantendo-se como um elemento chave na infraestrutura de transporte da região.

Porto Alegre, 2025.

A Administração

Continuação



BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023					
(Valores expressos em Reais 1)					
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	NOTA	2024	2023		
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	157.239.635	131.421.171	PASSIVO CIRCULANTE	
Créditos a receber	5	2.846.447	2.697.539	Fornecedores	16 7.880.270 9.604.926
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	13.469.750	7.917.789	Impostos e taxas a recolher	17a 4.909.100 4.829.016
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.110.273	2.846.821	Contribuições sociais a recolher	17b 5.185.667 3.715.478
Direitos a receber	8	157.263	157.979	Obrigações trabalhistas	18 30.250.500 22.480.118
Impostos a recuperar	9	3.725.903	1.609.751	Adiantamento de clientes	19 3.139.439 2.826.557
Estoques	10	20.966.316	19.947.574	Credores por convênios	20 715.110 780.656
Despesas do exercício seguinte	11	398.055	248.476	Credores por depósitos	- 59.048 67.339
		201.913.642	166.847.099	Plano de Previdência - Equacionamento	28c 470.349 760.142
					52.609.484 45.067.233
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo				PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Débitos de empregados	7	92.559	67.815	Provisão IR/CS diferido	14c 13.210.141 14.342.981
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	12	56.417.213	51.918.408	Plano de Previdência - Equacionamento	28c 3.654.808 3.303.831
Penhora s/ receita própria	13	2.603.761	-	Provisão para contingências trabalhistas	21a 136.601.375 103.480.268
		59.113.531	51.986.222	Provisão para contingências cíveis	21b 12.133.399 7.077.997
					165.599.723 128.204.977
Imobilizado	14	1.114.847.924	1.156.211.511	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Intangível	15	1.766.165	1.865.501	Capital social	22a 2.059.666.941 2.059.666.941
		1.116.614.089	1.158.077.011	Adiantamentos para futuro aumento de capital	23a 32.088.707 24.059.724
				Ajuste avaliação patrimonial	14c 24.532.358 26.731.400
		1.175.727.620	1.210.063.233	Prejuízos acumulados	(956.855.953) (906.819.944)
					1.159.432.055 1.203.638.123
TOTAL DO ATIVO		1.377.641.262	1.376.910.333	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.377.641.262 1.376.910.333

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em Reais 1)			
	NOTAS	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	24	79.156.988	130.884.455
Custo dos serviços prestados	25	(294.495.955)	(270.528.455)
PREJUÍZO BRUTO		(215.338.967)	(139.644.000)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(90.715.306)	(89.617.010)
Outras receitas e despesas		(54.525.783)	(33.883.413)
Condenações Trabalhistas e Cíveis		(6.172.769)	(4.326.120)
Provisão/ Reversão ações trabalhistas	21a	(41.412.440)	(22.297.641)
Provisão/ Reversão ações cíveis	21b	(5.174.397)	(8.601.490)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(1.766.178)	1.741.838
		(145.241.089)	(123.100.423)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(360.580.056)	(262.744.423)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		17.027.739	18.015.631
Receitas financeiras	4	17.465.413	18.084.604
Despesas financeiras		(437.673)	(68.973)
SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	23b	290.184.426	199.887.278
RESULTADO OPERACIONAL		(53.367.891)	(44.841.514)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(53.367.891)	(44.841.514)
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(53.367.891)	(44.841.514)
Resultado por ação do capital social		(0,0056)	(0,0047)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em Reais 1)			
		2024	2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(53.367.891)	(44.841.514)
Outros resultados abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(53.367.891)	(44.841.514)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores expressos em Reais 1)			
	NOTA	2024	2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(53.367.891)	(44.841.514)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		48.630.390	50.594.328
Baixa de bens do ativo imobilizado		2.375.002	467
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis		46.586.831	30.899.131
		44.224.337	36.652.412
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos a receber		(148.908)	(525.614)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(5.551.961)	(2.642.786)
Estoques		(1.018.742)	(3.569.475)
Impostos a recuperar		(2.116.152)	(1.606.875)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(7.102.565)	3.863.081
Outros ativos circulantes e não circulantes		(437.060)	174.544
		(16.375.388)	(4.307.125)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(1.724.656)	3.126.642
Impostos e taxas a recolher		85.768	4.553.456
Contribuições sociais a recolher		1.464.505	(530)
IRPJ/CSLL pagos		-	-
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		3.292.160	3.917.991
Contingências trabalhistas e cíveis pagas		(8.410.228)	(38.360.000)
Credores por convênios e depósitos		239.046	1.081.617
Plano de Previdência - Equacionamento		4.536.406	(237.730)
		(516.999)	(25.918.553)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		27.331.950	6.426.734
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	14/15	(9.542.469)	(2.047.992)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(9.542.469)	(2.047.992)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	22a	8.028.984	599.909
Líquido Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		8.028.984	599.909

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	25.818.464	4.978.651
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		131.421.171	126.442.520
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		157.239.635	131.421.171

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

Continua

Continuação



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023					
(Valores expressos em Reais 1)					
NOTA	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.059.666.942	23.459.815	29.308.056	(865.310.312)	1.247.124.502
Adiantamento para futuro aumento de capital		599.909	-	-	599.909
Incorporação de Capital Social					
Ajuste de Exercícios Anteriores			-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	(2.576.656)	(41.509.632)	(44.086.287)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(44.841.514)	(44.841.514)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(2.576.656)	3.331.882	755.226
Realização da reserva do custo atribuído	14b	-	(3.331.882)	3.331.882	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	14b	-	755.226		755.226
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.059.666.942	24.059.723	26.731.401	(906.819.943)	1.203.638.123
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.028.984	-	-	8.028.984
Incorporação de Capital Social					
Ajuste de Exercícios Anteriores					
Total do resultado abrangente	-	-	(2.199.042)	(50.036.009)	(52.235.052)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(53.367.891)	(53.367.891)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(2.199.042)	3.331.882	1.132.840
Realização da reserva do custo atribuído	14b	-	(3.331.882)	3.331.882	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	14b	-	1.132.840		1.132.840
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.059.666.942	32.088.708	24.532.358	(956.855.953)	1.159.432.055

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023		
(Valores expressos em Reais 1)		
	2024	2023
Receita de prestação de serviços	76.597.120	127.491.385
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	2.823.057	3.738.921
Outras receitas e despesas líquidas	(6.049.280)	1.741.838
Provisões trabalhistas e cíveis	(46.586.837)	(30.899.131)
	26.784.060	102.073.013
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(13.386.347)	(7.823.284)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(121.514.395)	(103.653.446)
Ganho / (Perda) na realização de ativos	21.619	34.610
	(134.879.123)	(111.442.120)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(108.095.063)	(9.369.107)
Depreciação e amortização	(48.630.390)	(50.594.328)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(156.725.452)	(59.963.436)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	290.184.426	199.887.278
Receitas financeiras	17.465.413	18.084.604
	307.649.838	217.971.882
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	150.924.386	158.008.446
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	150.924.386	158.008.446
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	145.494.390	142.817.644
Benefícios	30.477.100	28.637.025
FGTS	10.938.924	10.742.069
	186.910.414	182.196.738
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	15.182.623	18.352.899
Estaduais	69.730	27.987
Municipais	251.122	139.576
	15.503.476	18.520.462
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	443.154	75.703
Aluguéis	1.435.233	2.057.057
	1.878.388	2.132.760
Juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital		
Resultado retido	(53.367.891)	(44.841.514)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;

b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detêm flexibilidade para exercício de outras atividades, a TRENSURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Neste contexto, a modicidade tarifária, aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas, desempenha um papel crucial. Essas medidas garantem o acesso da população aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabilizam a operação sustentável das empresas públicas.

É relevante observar que o menor custo por passageiro transportado pela TRENSURB ocorreu em 2019, alcançando R\$ 5,81, quando o subsídio do governo federal garantia a modicidade tarifária. No entanto, fatores como a drástica redução no número de passageiros causada pela pandemia de COVID-19 e o impacto das enchentes de maio de 2024 elevaram o custo médio por passageiro para R\$ 16,58. Esse cenário reforça a importância do apoio federal para garantir a acessibilidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental promovida por esse meio de mobilidade urbana.

Os impactos da enchente de maio de 2024, resultaram em mudanças significativas na operação da TRENSURB, com uma redução notável na capacidade de transporte e aumento nos intervalos entre trens. Antes do evento, o sistema suportava uma capacidade máxima de 108 mil passageiros por dia em cada sentido, com intervalos de 8 minutos nos horários de pico. Após a enchente, a capacidade caiu para 72 mil passageiros por dia, com intervalos ampliados para 12 minutos, comprometendo o atendimento à população. Essa redução na capacidade operacional agravou os desafios sociais e econômicos enfrentados pelos usuários do transporte público, além disso, a queda na receita de transporte gerou impactos financeiros significativos, ampliando a necessidade de aportes para assegurar a continuidade das operações.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a TRENSURB, como empresa pública, enfrenta condições distintas das sociedades privadas. A necessidade de subsídios para viabilizar economicamente os serviços, implementar políticas tarifárias diferenciadas e promover a equidade no acesso ao transporte público também se faz presente em sistemas operados por empresas privadas. Nos últimos anos, o subsídio público em sistemas concedidos à iniciativa privada tornou-se uma prática comum, tanto no transporte sobre trilhos quanto no operado por ônibus. Comprometida com a sustentabilidade, a TRENSURB busca investir continuamente na modernização de sua infraestrutura e em iniciativas que priorizam a segurança, o conforto e a eficiência

de seus serviços. Essa dedicação por parte da gestão foi colocada à prova em 2024, quando uma enchente de grandes proporções atingiu o sul do Brasil, representando um dos momentos mais desafiadores de sua história. A situação exigiu respostas rápidas e eficazes para garantir a segurança de todos e mitigar os impactos à continuidade dos serviços.

Diante da necessidade urgente de atender às demandas de mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, mesmo com severas limitações estruturais, a TRENSURB definiu um cronograma estratégico de reconstrução para priorização de ações críticas para a retomada parcial das operações, enquanto projetava medidas adicionais para alcançar a recuperação total. Para consecução do cronograma de reconstrução recebeu recursos orçamentários extraordinários do Governos Federal a fim de viabilizar a execução dos projetos de investimento e de custeio conforme é referido na nota explicativa 32.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nos 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, que são transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, através das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos - CPC, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 24 de Janeiro de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir e identificadas nas notas explicativas específicas dos grupos de contas, quando individualizados.

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de

Continua

Continuação



câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5), Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 10), Vida útil e Impairment do ativo imobilizado (Nota 14), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 15), Provisão para contingências (Nota 21), Imposto de renda e contribuição social (Nota 27), Déficit atuarial (Nota 28) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros**Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

(a) mensuradas ao custo amortizado;

(b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e

(c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pgto (Nota 6) e Direitos a receber (Nota 8).

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 16), Adiantamento de clientes (Nota 19), Credores por convênios (Nota 20) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 23.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

A NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Provisões para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Tais provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

f) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

De modo geral, os ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversíveis em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

	2024	2023
Caixa	23.350	23.350
Valores em trânsito	277.668	759.671
Aplicações de liquidez imediata	156.938.617	130.638.150
	157.239.635	131.421.171

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversíveis em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação foi de R\$ 14.814.032 (R\$ 15.697.914 em 2023).

O aumento do saldo da conta de aplicação financeira deve-se ao fato de que em 2024 houve maior equilíbrio entre a utilização de recursos próprios e do Tesouro, diferente de 2023, onde ocorreu maior utilização de recursos próprios, acarretando uma queda nos saldos aplicados.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	2024	2023
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica (a)	587.477	206.450
Consultoria Técnica	570.926	570.926
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões (b)	1.951.846	2.155.252
(-) Perdas est. com cré. de liq. duvidosa	(263.802)	(235.089)
	2.846.447	2.697.539

(a) Os valores a receber de créditos de utilização da bilhetagem eletrônica são oriundos da operação de transporte de passageiros.

(b) Os valores a receber de aluguéis, arrendamentos e concessões são oriundos de contratos de receitas comerciais.

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

Saldo Inicial Exercício	(235.089)
(+) Provisão	28.713
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo Final Exercício	(263.802)

6. SUBVENÇÕES - SIAFI - CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos. A variação ocorrida no saldo da conta de R\$ 7.917.789 em 31/12/2023 para R\$ 13.469.750 em 31/12/2024 deve-se principalmente, a saldo remanescente em conta corrente não aplicados.

7. ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.889.875	-	2.671.410	-
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	123.310	-	118.296	-
Plano de Saúde (b)	80.154	92.559	44.294	67.815
Débitos de empregados	16.933	-	12.821	-
	3.110.273	92.559	2.846.821	67.815

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Consta adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2024 a provisão é no montante de R\$ 11.981 (R\$ 52.272 em 31/12/2023).

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 50.035 (R\$ 60.075 em 31/12/2023), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

8. DIREITOS A RECEBER

	2024	2023
Convênio Pessoal Cedido	8.935	4.339
Depósitos/Caupões/Outros devedores	23.205	28.517
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	157.263	157.979

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de contratada tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Compreende os valores pagos a título de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, calculados na modalidade do Lucro Real Anual a serem compensados, demonstrados a seguir:

	2024	2023
IRPJ	2.615.587	1.071.444
CSLL	969.426	397.417
ISS	585	585
IRRF	140.305	140.305
	3.725.903	1.609.751

A variação ocorrida no saldo de IRPJ e CSLL a recuperar deve-se a valores recolhidos sobre o lucro no exercício de 2024, ainda não compensados.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e/ou por obsolescência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Os itens mais significativos referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	2024	2023
Material de TUES e Veículos	11.763.559	12.231.099
Material da Via Permanente (a)	3.238.954	1.413.928
Sistemas operacionais	5.126.323	5.586.885
Peças e Acessórios de Equipamentos	94.784	97.645
Materiais de expediente e administrativos (b)	1.006.150	631.905
Provisão de perda (c)	(263.455)	(13.888)
	20.966.316	19.947.574

Continua

Continuação



(a) A variação ocorrida no grupo de materiais da via permanente, deve-se a aquisição de britas e dormentes para a manutenção e reconstrução da via permanente, em razão do estado de calamidade pública, conforme nota explicativa nº 32.

(b) A variação ocorrida no grupo de materiais de expediente e administrativos, deve-se, principalmente, a aquisição de uniformes.

(c) As perdas estimadas para o exercício de 2024 são referentes ao inventário anual de estoques conforme processo administrativo SEI 2408/2024-92, no valor de R\$ 26.440,99 e referente a itens afetados pela enchente de maio de 2024, conforme processo administrativo SEI 1829/2024-04, no valor de R\$ 237.014,02.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Compreende despesas pagas, cujos benefícios ultrapassam um exercício, sendo essas transferidas para o resultado conforme o transcurso dos períodos de competência da despesa. Os saldos a apropriar por competência são:

	2024	2023
Assinaturas e Periódicos	12.142	10.592
Manutenção de Sist.Proc. Dados	219.303	33.445
Seguros	166.610	204.439
398.055	248.476	

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

Corresponde a valores depositados em juízo para fazer frente as demandas de processos judiciais cíveis e trabalhistas.

	2024	2023
Depósitos Judiciais Cíveis	1.636	1.636
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias (a)	56.353.361	51.823.972
Processos Judiciais - Recursos Próprios	62.216	92.800
56.417.213	51.918.408	

(a) A variação ocorrida no grupo de depósitos judiciais e garantias a juízo deve-se ao maior volume de recursos pagos no período de 2024.

13. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 2.603.761 corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. A variação ocorrida em relação ao exercício anterior deve-se a penhora de valores referente ao processo 0020917-89.2024.5.04.0025, que possui como objeto concessão de horas extras de intervalo noturno.

14. IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

a) Composição do saldo

Vida Útil (anos)	2024			2023	
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo Corrigido	Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25,00	269.844.075	(95.346.623)	174.497.451	179.177.716
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	168.736.742	(85.087.590)	83.649.152	87.024.945
Via permanente	33,33	604.946.676	(179.197.988)	425.748.688	438.015.373
Sistemas operacionais	11,11	338.050.750	(195.257.617)	142.793.134	145.884.256
Veículos ferroviários/aeromóvel	20,00	370.057.116	(164.304.294)	205.752.822	214.457.124
Veículos rodoviários	3,03	2.027.988	(1.208.344)	819.644	598.873
Equip. proc. de dados	4,55	7.130.816	(5.995.312)	1.135.503	1.615.046
Equip., máquinas e instrumentos	7,69	57.704.476	(50.578.960)	7.125.517	8.451.534
Instalações	9,09	30.326.497	(19.121.095)	11.205.402	13.236.637
Móveis e utensílios	10,00	10.268.640	(8.266.536)	2.002.104	2.295.700
Benefícios em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(11.016.571)	3.069.054	3.349.156
Imobilizado em curso	-	3.298.062	-	3.298.062	8.206.662
Almoxnado de bens imobilizados	-	7.841.576	-	7.841.576	7.988.673
	1.930.228.854	(615.380.930)	1.114.847.924	1.156.211.511	

b) Movimentação do Imobilizado

Custo	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	268.683.296	-	(15.500)	1.176.279	269.844.075
Obras de arte (passarelas e viadutos)	168.736.742	-	-	-	168.736.742
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	328.579.446	2.710.252	(5.031.827)	9.670.163	335.928.035
Veículos ferroviários/aeromóvel	370.627.647	-	(717.628)	147.097	370.057.116
Veículos rodoviários	1.678.988	349.000	-	-	2.027.988
Equip. processamento de dados	7.278.507	400	(148.091)	-	7.130.816
Equipamentos, máquinas e instrumentos	62.680.923	207.011	(3.060.742)	-	59.827.193
Instalações	30.326.497	-	-	-	30.326.497
Móveis e utensílios	10.751.519	337.963	(820.842)	-	10.268.640
Benefícios em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em curso	8.206.662	5.937.843	-	(10.846.442)	3.298.062
Almoxnado de bens imobilizados	7.988.673	-	-	(147.097)	7.841.576
TOTAL CUSTO IMOBILIZADO	1.930.481.016	9.542.469	(9.794.630)	-	1.930.228.854

Depreciação acumulada	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Edificações, estações e depósitos	(89.505.579)	(5.843.860)	2.815	-	(95.346.623)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(81.711.796)	(3.375.794)	-	-	(85.087.590)
Via permanente	(166.931.303)	(12.266.686)	-	-	(179.197.988)
Sistemas operacionais	(182.695.190)	(13.619.219)	3.179.508	-	(193.134.900)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(156.170.523)	(8.851.400)	717.628	-	(164.304.294)
Veículos rodoviários	(1.080.115)	(128.229)	-	-	(1.208.344)
Equip. processamento de dados	(5.663.461)	(467.436)	135.584	-	(5.995.312)
Equip., máquinas e instrumentos	(54.229.390)	(1.162.386)	2.690.100	-	(52.701.676)
Instalações	(17.089.860)	(2.031.235)	-	-	(19.121.095)
Móveis e utensílios	(8.455.819)	(504.710)	693.993	-	(8.266.536)
Benefícios em bens de terceiros	(10.736.469)	(280.102)	-	-	(11.016.571)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(774.269.505)	(48.531.054)	7.419.628	-	(853.380.930)
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.156.211.511	(38.988.585)	2.375.002	-	1.114.847.924

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido. No exercício de 2024 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 3.331.882 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.132.840 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 24.532.358 (R\$ 26.731.400 em 2023) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 13.210.141 (R\$ 14.342.981 em 2023).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 11 de fevereiro de 2025, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment"). Para o resultado da análise, foram considerados os impactos da enchente ocorrida em maio/2024, bem como os valores investidos para a reconstrução da companhia, conforme nota explicativa nº 32.

	2024
Ativos Imobilizados	1.114.847.924
Ativos Intangíveis	1.766.165
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.116.614.089
Valor Justo (*)	1.577.685.420
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 195.477.950 em 2024 (R\$ 194.697.914 em 2023).

f) Em 2024, foram baixados 2.107 bens patrimoniais da Companhia, atingidos pela enchente de maio de 2024, que nos levantamentos realizados foram fisicamente classificados como sem condições de uso. A baixa realizada implicou na redução valor patrimonial no montante de R\$ 2.375.002.

15. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "impairment" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da Trensurb, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do saldo

	Vida Útil (anos)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	2023
Contas					
Direito de uso de imóveis	Indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	5	12.463.949	(12.073.584)	390.365	489.701
Outros dispêndios de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		13.870.621	(12.104.455)	1.766.165	1.865.501

e) Movimentação do Intangível

Custo	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.463.949	-	-	-	12.463.949
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO INTANGÍVEL	13.870.621	-	-	-	13.870.621
Amortização Acumulada	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(11.974.248)	(99.336)	-	-	(12.073.584)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(12.005.120)	(99.336)	-	-	(12.104.455)
TOTAL DO INTANGÍVEL	1.865.501	(99.336)	-	-	1.766.165

16. FORNECEDORES

	2024	2023
Prestação de serviços	2.038.508	3.089.378
Energia Elétrica	2.512.312	2.380.006
Gastos gerais	3.329.450	4.135.542
	7.880.270	9.604.926

Continua

Continuação



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



A variação ocorrida no período deve-se, principalmente, a antecipação de pagamentos ocorridas no exercício de 2024 e não realizadas no exercício de 2023.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES RECOLHER

a) Impostos e Taxas a recolher

	2024	2023
IRRF s/ salários a recolher	4.684.082	4.502.144
ICMS a recolher	178.121	49.463
ISS a recolher	46.897	277.410
	4.909.100	4.829.016

b) Contribuições sociais a recolher

	2024	2023
Contribuições Previdenciárias	1.638.349	1.819.201
Pasep/COFins a recolher	98.758	93.074
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a recolher	2.398.932	1.166.310
INSS s/ prestação de serviços a recolher	1.049.628	636.893
	5.185.667	3.715.478

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
	Circulante	Circulante
Férias e Encargos (a)	17.724.449	14.445.646
Promoção por antiguidade a pagar (b)	12.502.588	8.027.367
Outras Obrigações Trabalhistas	23.462	10.105
	30.250.500	22.483.118

a) A variação ocorrida na rubrica de férias e encargos, deve-se ao menor quantitativo de empregados em férias ao longo do exercício de 2024, refletido o período de calamidade pública.
b) A variação ocorrida na rubrica de promoção por antiguidade, deve-se a inclusão dos valores de antiguidade devidos aos empregados do exercício de 2024.

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2024	2023
Credores p/ Venda Créditos (a)	2.435.080	1.844.918
Adiantamento ATP/ATM (b)	691.739	979.206
Adiantamento Clientes Comerciais	12.620	2.433
	3.139.439	2.826.557

a) Refere-se a valores recebidos pela venda de créditos do cartão SIM pela TRENSURB para fazer frente às utilizações dos usuários deste cartão.
b) Refere-se a valores recebidos da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP) e da Associação dos Transportadores Intermunicipais Metropolitanos de Passageiros (ATM), para fazer frente ao pagamento das utilizações de usuários dos cartões TRI, TEU e SIM (VT/Passage Antecipado).

20. CREDORES POR CONVÊNIO

	2024	2023
Convênios SESI/SENAI	60.864	140.046
Assistência Saúde (a)	652.186	638.550
Credores Diversos	2.060	2.060
	715.110	780.656

a) Compreende o valor da administração e prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar prestados pela operadora do convênio, no que tange apenas a despesa da Trensurb.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:
Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;
Possível - Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;
Remoto - Processos em execução ainda ativos, mas que já foram pagos, e processos ainda sem trânsito em julgado mas que a última decisão seja de improcedência dos pedidos;

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 136.601.375 (R\$ 103.480.268 em 2023).

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	2024	2023
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	103.480.268	96.547.870
(+) Provisão	41.412.440	22.297.641
(-) Reversão	-	-
(-) Pagamentos	(8.291.333)	(15.365.243)
Saldo no final do exercício	136.601.375	103.480.268

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, é considerada possível compõe-se de R\$16.901.092 (R\$ 18.439.415 em 2023).

A variação do saldo da provisão trabalhista deve-se, principalmente, ao ingresso de novas ações no exercício de 2024 e a classificação como provável do processo nº 0020387-95.2017.5.04.0004, no valor de R\$ 18.822.342, que possui como objeto concessão de horas extras de intervalo noturno.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2024 e 2023 está composta como segue:

Saldo no início do exercício

	2024	2023
	Não Circulante	Não Circulante
(+) Provisões	7.077.897	21.471.164
(-) Reversões	5.584.148	12.306.153
(-) Pagamentos	(409.752)	(3.704.663)
	(118.894)	(22.994.757)
Saldo Final Exercício	12.133.399	7.077.897

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.
Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível é de R\$ 52.819.120 (R\$ 51.318.364 em 2023).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária		2024		2023	
Acionista	Quantidade	%		Quantidade	%
União Federal	9.874.758.896	99,9144		9.874.758.896	99,9144
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0662		6.543.949	0,0662
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0194		1.915.337	0,0194
Total	9.883.218.182	100,0000		9.883.218.182	100,0000

23. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R\$ 32.088.707. Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social, classificados no Patrimônio Líquido, sem incidência de atualização monetária, observadas as disposições norma SIAFI 021122 - Participações da União no Capital de empresas (Itens 2.3.7 e 2.3.8) e do CPC 39.

No exercício de 2024, foi recebido o valor de R\$ 8.028.984 em investimento em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os montantes recebidos são utilizados para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2024 foi de R\$ 290.184.426 (R\$ 199.887.278 em 2023) composto a seguir:

Subvenção	2024 LOA	2024 EXTRAORDINÁRIO	2023
Pessoal	155.265.203	-	110.134.541
Sentença	18.459.601	-	38.511.645
Custeio	90.160.152	26.299.470	51.241.092
	263.884.956	26.299.470	199.887.278

O valor de R\$ 26.299.470 foi recebido de forma extraordinária em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém, não foi aprovado até o encerramento do exercício. O montante fixado para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2025, conforme a PLOA, é de R\$ 361.767.284. Deste valor, R\$ 133.022.325 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 228.744.959 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	PLOA/2025	Recursos Próprios Fonte 1050	Recursos Subvenção Fonte 1000
Pessoal	171.300.647	-	171.300.647
Sentença	25.489.100	-	25.489.100
Custeio	137.289.676	112.312.139	24.977.537
Investimento	27.687.861	20.710.186	6.977.675
	361.767.284	133.022.325	228.744.959

24. RECEITA LÍQUIDA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir:

i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilheteira eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;

	2024	2023
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	76.597.120	127.491.385
Aluguéis, arrendamentos e concessões	2.823.057	3.738.921
	79.420.177	131.230.306
Tributos sobre a receita bruta	(263.189)	(345.851)
	(263.189)	(345.851)
RECEITA LÍQUIDA	79.156.988	130.884.455

A variação da receita no período deve-se a redução de passageiros no período de 2024, em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Correspondem aos custos diretamente vinculados a operação e manutenção dos trens, demonstrados de acordo com a sua natureza, a seguir:

Continua

Continuação



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal e Encargos	129.933.572	132.676.658
Serviços de Terceiros(a)	84.529.926	52.645.400
Consumo de Materiais(b)	10.556.109	5.183.196
Energia de Tração(c)	15.377.718	25.184.520
Serviços de Utilidade Pública	6.147.960	6.034.501
Depreciação	47.216.652	48.718.744
Outros Custos	734.018	85.436
	294.495.955	270.528.455

a) A variação ocorrida no grupo de serviço de terceiros, deve-se a custos do transporte emergencial da operação trilhando humanitários, serviços de manutenção da via permanente e serviços de manutenção predial para a reestruturação e retomada da operação, em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

b) A variação ocorrida no grupo de consumo de materiais deve-se, principalmente, ao consumo de materiais para a manutenção da via permanente, em razão da calamidade pública ocorrida, conforme nota explicativa nº 32.

c) A variação ocorrida no grupo de Energia de tração deve-se ao ingresso da companhia no mercado de energia livre no exercício de 2024.

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Correspondem as despesas vinculadas às atividades administrativas, demonstradas de acordo com a sua natureza, a seguir:

	2024	2023
Pessoal e Encargos	69.770.680	67.139.761
Serviços de Terceiros	11.292.878	11.863.467
Consumo de Materiais	2.830.237	2.640.088
Serviços de Utilidade Pública	1.107.873	1.061.005
Depreciação/ Amortização	1.413.738	1.875.584
Outras Despesas	4.299.900	5.037.104
	90.715.306	89.617.010

A principal variação do grupo ocorreu na rubrica de pessoal e encargos, em razão da atualização dos valores de antiguidade devidos aos empregados conforme nota explicativa nº 18.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base no regime do lucro real, nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(53.367.891)	(44.841.514)	(53.367.891)	(44.841.514)
Adições / (Exclusões) permanentes	7.203.728	4.562.666	7.203.728	4.562.666
Adições / (Exclusões) temporárias	40.176.188	(8.141.773)	40.176.188	(8.141.773)
Lucro Real	(5.987.976)	(48.420.620)	(5.987.976)	(48.420.620)
(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30%	-	-	-	-
Alíquota - 9%	-	-	-	-
Alíquota - 10%	-	-	-	-
Alíquota - 15%	-	-	-	-
Total Imposto	-	-	-	-
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Valor do imposto pago no ano calendário	1.432.178	1.071.442	530.478	397.417

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas financeiras que possui sua manutenção pelo saldo de conta acumulado em nome do participante.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, publicado no Diário Oficial da União nº 212 de 06/11/2020, seção 1, página 41, o plano, no parágrafo anterior na modalidade vitalícia, no entanto, vale ressaltar que na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, mitiga possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2024	2023
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2024	2023
Patrimônio - P	94.992.052	93.361.860
Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)	95.255.554	93.658.677
Benefícios Concedidos - A	36.986.280	38.151.671
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	1.709.039	1.932.990
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	35.277.241	36.218.681
Benefícios a Conceder - B	67.161.475	63.629.678
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	67.161.475	63.629.678
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	-	-
Deficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(8.892.201)	(8.122.672)
Participante - C1	(3.654.808)	(3.103.945)
Assistidos - C3	(5.237.393)	(5.018.727)
Total das Provisões - D = A + B + C	95.255.554	93.658.676
Fundos - E	3.093.105	2.903.807
Superávit/Deficit Atuarial - F = P - D	(263.502)	(296.816)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(263.502)	(296.816)

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 3,19% no ano, isso corresponde a 35% da meta atuarial de 2024 (INPC + 4,10%) que foi de 9,06%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A "duration" do plano foi de 6,9988 anos no encerramento de 2024.

Conforme alíquotas responsáveis pela avaliação atuarial de 2024, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 263.502. Esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R\$ 896.263, portanto sem a necessidade de equacionamento. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 10 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos dos déficits estão compostos conforme segue:

	2024		2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Deficit 2013/2014 em equacionamento	470.349	-	548.510	411.518
Deficit 2021/2022 a equacionar	-	3.654.808	211.633	2.892.313
	470.349	3.654.808	760.143	3.303.831

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através do reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser exauacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano) x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte. Com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento e orçamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado na sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 195.477.950.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

Continua

Continuação



30. SEGUROS

A TREN SURB possui cobertura de seguros para riscos operacionais a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado do Centro de Controle Operacional e Frota de Veículos Especiais. Os seguros contratados não foram suficientes para cobrir as perdas advindas dos impactos da enchente ocorrida em 2024. No exercício de 2024, a TREN SURB recebeu a título de indenização por seguro o montante de R\$ 95.444, referente aos Veículos Especiais. Está previsto para 2025 processo de revisão da referida contratação para os exercícios subsequentes.

A TREN SURB possui seguro de responsabilidade civil contratado para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2024 e 2023 foram:

Parte Relacionada	Contrato	Valor Contratual	Valores	Valores	Valores	Valores
			Recebidos 2024	Recebidos 2023	Pagos 2024	Pagos 2023
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	-	159.544	150.608
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	-	966	8.044
Total		1.780.000	-	-	160.510	158.652

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	2024	2023
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Conselheiro Independente	37.665	37.665
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	-	15.960
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	-	19.577
Maria José Duarte Gonçalves Ramos	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	23.628	18.980
Mariana Moya de Oliveira	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	35.488	18.547
Renato Boareto	Conselheiro Independente	35.403	18.725
Elisa de Oliveira Alves	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	17.829	18.262
Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho	Ministério das Cidades	35.226	11.597

32. IMPACTOS DA CALAMIDADE PÚBLICA OCORRIDA EM MAIO/2024

Conforme descrito na mensagem da administração, as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impactaram severamente diversas regiões, trazendo desafios significativos para toda a população.

As chuvas intensas alargaram subestações de energia, estações subterâneas e áreas administrativas, provocando a interrupção completa do transporte metropolitano por semanas e afetando diretamente a mobilidade de milhares de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Diante desse cenário crítico, a TREN SURB implementou respostas emergenciais para minimizar os impactos à população e preservar os ativos da empresa.

Em 30 de maio, o esforço coletivo das equipes técnicas permitiu a retomada da operação em 13 estações, entre Novo Hamburgo e Matias Velho, ainda que de forma limitada. A expansão até a Estação Farrapos ocorreu em 20 de setembro de 2024 e a expansão até a Estação Mercado em 24 de dezembro de 2024.

Em razão da paralisação da operação e retomada parcial ao longo do exercício de 2024, a receita de transporte teve redução significativa no período, conforme nota explicativa nº 24.

Os bens patrimoniais da Companhia foram afetados e as respectivas perdas foram registradas, conforme nota explicativa nº 14. A avaliação a valor justo dos bens foi realizada por especialistas, sendo considerados os impactos da enchente nessa avaliação.

Para fazer frente aos efeitos da calamidade pública ocorrida, a TREN SURB recebeu através da Lei nº 14.962, de 5 de setembro de 2024 um crédito extraordinário de R\$ 164.366.000 sendo R\$ 49.309.800 destinados ao custeio e R\$ 115.056.200 aos investimentos.

Dos valores contemplados pela Lei, foram recebidos no exercício de 2024, o montante de R\$ 34.328.454, sendo R\$ 26.299.470 a título de subvenção de custeio e R\$ 8.028.984 a título de investimento para futuro aumento de capital, conforme nota explicativa nº 23. Os demais valores foram inscritos em restos a pagar, com execução prevista para os exercícios seguintes.

Ainda em 2024, adicionalmente, a Medida Provisória nº 1.284, de 28 de dezembro de 2024, destinou R\$ 60 milhões a despesas de custeio, os quais foram inscritos em restos a pagar.

33. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	33.382	26.833	29.966
Empregados	42.060	2.264	10.101

Porto Alegre, 13 de Março de 2025.

NAZAR TELLES GARCIA
Diretor Presidente

JAIR BERNARDO CORREA
Gerente de Orçamento e Finanças

VANESSA FRAGA DA ROCHA
Diretora de Administração e Finanças

TALITHA DA SILVEIRA MENDER DE SOUZA
Contadora CRC/RS 090.987/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2024

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TREN SURB
Porto Alegre/RS

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TREN SURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TREN SURB, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais Assuntos de Auditoria – PAA's

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1 Impactos da Calamidade Pública

Conforme nota explicativa nº 32, e amplamente divulgado na mídia nacional, as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 impactaram severamente diversas regiões, trazendo desafios significativos para toda a população. Diante desse cenário crítico, a TREN SURB implementou respostas emergenciais para minimizar os impactos à população e preservar os ativos da empresa.

Em razão da paralisação da operação e retomada parcial ao longo do exercício de 2024, a receita de transporte teve redução significativa no período, conforme nota explicativa nº 24.

Os bens patrimoniais da Companhia foram afetados e as respectivas perdas foram registradas, conforme nota explicativa nº 14. A avaliação a valor justo dos bens foi realizada por especialistas, sendo considerados os impactos da enchente nessa avaliação.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: uma abordagem para avaliar os impactos das fortes chuvas que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 sobre as demonstrações contábeis da TREN SURB. Inicialmente, foi realizada uma revisão detalhada dos registros contábeis para identificar possíveis perdas materiais em ativos tangíveis, como estoques e imobilizados, verificando se os ajustes contábeis realizados estão em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração previstos nas normas contábeis aplicáveis. Também foram analisadas as provisões constituídas para perdas, com o objetivo de validar a razoabilidade dos critérios utilizados para mensuração e o adequado registro contábil dessas obrigações.

Adicionalmente, a auditoria avaliou os impactos sobre a continuidade operacional da TREN SURB, considerando fatores como paralisação das atividades, dificuldades logísticas e impactos na geração de caixa. Foram analisadas ainda as divulgações nas notas explicativas das demonstrações contábeis, assegurando que as informações prestadas refletem de maneira fidedigna a situação patrimonial, financeira e o desempenho econômico da empresa. A auditoria também examinou a contabilização de eventuais auxílios governamentais, indenizações securitárias e renegociações de dívidas, verificando se tais eventos estavam devidamente reconhecidos e divulgados de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Por fim, foram realizados procedimentos específicos para mitigar riscos de distorções relevantes e garantir que os impactos financeiros do desastre natural foram apresentados de forma clara e transparente aos usuários das demonstrações contábeis. Devido à relevância, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.2 Impairment test

Conforme nota explicativa nº 14.d, a Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 11 de fevereiro de 2025, não identificaram a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment").

Para o resultado da análise, foram considerados os impactos da enchente ocorrida em maio/2024, bem como os valores investidos para a reconstrução da companhia, conforme nota explicativa nº 32. Em 2024, foram baixados 2.107 bens patrimoniais da Companhia, atingidos pela enchente de maio de 2024, que nos levantamentos realizados foram fisicamente classificados como sem condições de uso. A baixa realizada implicou na redução valor patrimonial no montante de R\$ 2.375.002.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Empresa, através de teste documental, análise das premissas utilizadas pela empresa contratada, assim

Continua

Continuação



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

como, o reconhecimento contábil. Devido à relevância, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.3 Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

-Conforme nota explicativa nº 21, a TRENSURB é parte envolvida em diversos processos de natureza cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. A Empresa possui contingências classificadas pelos seus assessores jurídicos como "prováveis perdas", para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 136.601.375 e para ações cíveis compõe-se de R\$ 12.133.399, para as quais são constituídas provisões contábeis. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito/perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2024, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4. Outros assuntos

4.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

4.2. Relatório da Administração

A administração da TRENSURB é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria foi emitido sem modificação de opinião.

5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a TRENSURB continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a TRENSURB ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da TRENSURB são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da TRENSURB.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a TRENSURB a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 28 de fevereiro de 2025



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2
CNAI 4747

PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2025

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 51, inciso II, do Estatuto Social da TRENSURB, considerando: o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, tendo como referência o Relatório da AUDIMEC- Auditores Independentes, emitido em 28 de Fevereiro de 2025 e o Relatório da Auditoria Interna nº 471/2025 – Demonstrações Contábeis 2024, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31/12/2024, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA
Conselheiro Fiscal

FAUSTO JOSE ARAUJO VIEIRA
Conselheiro Fiscal

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC-0007/2025 13/03/2025

Para: AUDIN, COAUD, CONFIS, CORREG, DIRAF, DIROP, GAPRE, GECIN, GECOM, GEDEN, GEGOV, GEINF, GEJUR, GEMAN, GEOPE, GEORF, GEREH, GESAE, GESIS, GESUP, PRES, SUDEC, SUDEX

Ref.: APROVA O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Exercício de 2024

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do inc. VII, art. 35, do Estatuto Social da TRENSURB.

RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme o processo administrativo SEI nº 0000958.00000790/2024-08, registrado na Ata do CONSAD nº 590, item 1.1, de 13 de março de 2025, com fulcro no inc. I, art. 132, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Documento assinado eletronicamente por Mariana Moya de Oliveira
Mariana Moya de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração



Nome do arquivo: Trensurb Digital - Balanço 25.03.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICAÇÃO

EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA
Responsável: MARCELO DE SOUSA DANTAS

25/03/2025 08:23:01 GMT-03:00 92757798000139
43432271387



Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.